

DF-Brasília

URBANISMO

Moradores da SQS 216 tentam impedir a construção de novo bloco na comercial da quadra. Eles temem congestionamento e corte de árvores da espécie pau-brasil

Cadu Gomes/CB



OS MORADORES DA 216 SUL SE UNIRAM PARA EVITAR OBRA EM ÁREA VERDE DA QUADRA: ELES QUEREM QUE GDF DOE LOTE EM OUTRO LOCAL PARA DONO DO TERRENO CERCADO NO ÚLTIMO SÁBADO

Asa Sul luta contra obras

RACHEL LIBRELON

DA EQUIPE DO CORREIO

A história se repete na 216 Sul. Os moradores da quadra tentam impedir a construção de um restaurante na área verde da comercial. A exemplo do que ocorreu em maio do ano passado, na 208 e na 211 Sul, o espaço foi demarcado com tapumes. A comunidade teme que a construção de um novo prédio comercial traga mais engarrafamentos e outros transtornos, como a ocupação de vagas de estacionamento usadas por quem mora nos prédios residenciais. Eles também se preocupam com a possibilidade de cortes das árvores da espécie pau-brasil, plantadas há mais de duas décadas.

Os moradores da 216 Sul, que foram surpreendidos com o cerco na área de frente para a 416 Sul, na manhã do último sábado, prometem muito barulho para barrar a obra. "Não temos a necessidade de mais nenhum comércio aqui. O que existe na quadra é mais do que suficiente. Um novo prédio só vai trazer mais barulho e piorar a nossa qualidade de vida", reclama a prefeita da 216, Rosanne Assreuy.

A líder comunitária pretende mobilizar a comunidade para impedir a construção do prédio. Ela procurará as autoridades do Governo do Distrito Federal. Os moradores também preparam um abaixo-assinado que pretendem enviar ao governo. Querem

providência imediata contra a construção. Cerca de 300 pessoas já assinaram as folhas.

A maior preocupação da paisagista Júnia Monteiro, 51 anos, moradora da quadra, é em relação às árvores. Ela diz que há mais de 300 pau-brasil na 216 Sul. Algumas foram plantadas há mais de 25 anos. "Nossa necessidade é manter esse verde. Queremos manter o nosso jardim intacto", afirma. Ontem, ela se juntou aos vizinhos no protesto contra o restaurante.

Intervenção

Os moradores imitaram os vizinhos da 208 e da 211 Sul, que no ano passado desceram dos blocos contra a construção nos lotes destinados a Restaurantes de Unidade de Vizinhança (RUVs). Os manifestantes das outras duas quadras conseguiram chamar a atenção do governador Joaquim Roriz, que interveio e impediu as obras na área verde. Os dois terrenos continuam vazios.

O presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires, lembra que, no caso da 208 e da 211 Sul, o GDF propôs aos donos dos futuros restaurantes, a troca do terreno pelo direito de construir em outro lugar. "Eles não construíram naquelas quadras, mas também não houve uma solução definitiva e o problema apareceu de novo, em outro lugar", critica Pires. A vice-presidente do conselho, Heliete Bastos, diz que o cercamento da área na 216 Sul representa o não cumprimento de

PARA SABER MAIS

Idéia de Lucio Costa

Os lotes definidos como Restaurante de Unidade Vizinhança (RUV) foram concebidos no início da construção de Brasília pelo urbanista Lucio Costa. Eles deveriam suprir a falta de restaurante nas quadras comerciais do Plano Piloto.

Dois decretos publicados em 1988 modificaram a destinação dos lotes de número 35, que correspondem aos blocos D das comerciais. Os terrenos podem abrigar restaurantes,

bares, padarias, docerias, sorveterias, farmácias, drogarias, confecções, sapatarias, lojas de decoração, artesanato, material esportivo, floriculturas, artigos musicais, academias de ginástica, lavanderias, agências de viagem, boutiques, galerias de Arte, teatro, museu e biblioteca.

Os terrenos das RUVs têm 320 metros quadrados. A lei permite construção de prédios de três pavimentos. Podem ter no máximo 6m de altura.

uma promessa. "Nos prometeram que nada seria feito e haveria uma solução para todas as áreas das quadras 200 da Asa Sul", ressalta.

O advogado do dono da polêmica área na 216 Sul, Nilson Cunha, garante que o cliente possui a escritura do lote. Ele explica que o local foi comprado em 1998, do ganhador da licitação feita pela Companhia Imobiliária de Brasília e Agência de Desenvolvimento do DF (Terracap). "A área foi cercada para a construção de um prédio comercial. Foi uma grande surpresa a reação da comuni-

dade", comenta Cunha. Ele explica ainda que nenhuma árvore foi podada e nada será feito sem as devidas licenças ambientais. "Meu cliente é o legítimo proprietário. Se a área tem algum interesse social ou ambiental, deve haver uma indenização."

O porta-voz do GDF, Paulo Fona, diz que foi aprovada uma emenda que passou do governo federal para o governo local o direito de mudar a destinação das áreas de Brasília. "A Terracap formou um grupo para estudar o impacto desta medida e analisou

o que é possível mudar", relata o porta-voz. Cabe ao governador Roriz decidir como serão feitas as mudanças e indenizações, se for o caso. "De qualquer forma, o governador já recebeu a comunidade para tratar do assunto uma vez e vai ouvir de novo".

A Terracap não quis se pronunciar sobre o assunto. A assessoria de comunicação do Ministério Público informou que o promotor de Defesa da Ordem Urbana, responsável pela área do Plano Piloto, está de férias e só retorna depois do carnaval.

Solução

O secretário de Coordenação das Administrações Regionais, Vatanábio Brandão, conta que, na época do impasse na 208 e 211 Sul, o governador o convocou e pediu uma solução para o problema. "A posse do terreno permanece, mas o dono muda o empreendimento para outro local. Foi o que fizemos", conta. Ele acrescenta que os donos do terreno não são obrigados a obedecer a determinação, uma vez que trata-se de propriedade privada.

A transferência do direito adquirido, ou seja, a mudança do empreendimento para outro local nos casos em que a área em discussão é de interesse histórico, ambiental, social ou paisagístico está amparada pelo artigo 35 do Estatuto das Cidades. As obras na 208 e 211 Sul não foram executadas, mas os terrenos continuam cercados.